

Esfera de visibilidade pública midiática, redes de comunicação e os atores coletivos da sociedade civil¹

Messiluce da Rocha Hansen²

Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Este artigo apresenta considerações sobre a aplicação da categoria analítica “redes de comunicação” para o estudo dos processos de interação entre as esferas autônomas da sociedade civil e a esfera de visibilidade pública midiática tomados, por sua vez, como elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica da ação coletiva em sociedades em processo de modernização. Para tal, argumenta-se a favor de um reexame da noção de esfera de visibilidade pública midiática, sobretudo a fim de superar a rígida dicotomia estabelecida entre comunicação estratégica e comunicação dirigida para o entendimento no âmbito das interações estabelecidas pelos atores coletivos da sociedade civil com a sociedade e com o sistema político.

Palavras-chave: Esfera pública; Redes de comunicação; Atores da sociedade civil.

1. Introdução

Apesar da distinção feita por Habermas (2003) entre poder comunicativo da esfera pública alternativa da sociedade civil, poder decisional da esfera pública política e poder de influência da esfera de visibilidade pública midiática apresentar significativas vantagens teóricas, sobretudo na medida em que salienta as implicações normativas de cada uma dessas esferas, essa rígida separação dificulta estudos mais precisos em termos descritivos e analíticos da dinâmica das interações e relações de interdependência estabelecidas entre essas esferas no âmbito de sociedades em processo de modernização, como é o caso da sociedade brasileira³.

Essa dificuldade apresentada pela teoria habermasiana em apreender os diferentes padrões de relacionamento entre os atores da sociedade civil com o sistema político, com a

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista, professora assistente do Departamento de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FACOM/UFBA. Atualmente cursando o quarto período do doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Profa. Dra. Maria Victória Espiñeira González. E-mail: messiluce@yahoo.com.br

³ A modernização é tratada aqui, de forma estrita, como um processo de adaptação aos valores e padrões dominantes de desenvolvimento (social, tecnológico, econômico etc.) dos países centrais do Ocidente. Para maiores detalhes ver Souza (2000).

sociedade como um todo e com as mídias em uma determinada situação social, decorre da não reformulação de sua noção de público (AVRITZER, 2000). Essa ausência o teria impedido, também, de incorporar tanto as modificações introduzidas na noção de esfera pública em seus escritos mais recentes, quanto as transformações tecnológicas que tiveram início a partir da segunda metade década de 1980 e, assim, de fazer uma reflexão mais criteriosa acerca das implicações dos novos modelos de interação social tecnicamente mediada sobre as dinâmicas da formação da opinião pública e da vontade política nas sociedades complexas, seu modelo paradigmático.

Além disso, e de forma conexas ao problema anterior, apesar de Habermas (2003) ter incluído a noção de redes de comunicação como um elemento central para as formas a partir das quais os temas e reivindicações que emergem na periferia da sociedade adquirem ressonância social, ele manteve essa dimensão como um atributo da esfera do mundo da vida e de processos de interação social face-a-face⁴. Assim, a manutenção de uma separação rígida entre comunicação normativa, como um atributo das esferas de sociabilidade do mundo da vida, e da comunicação midiática, como essencialmente instrumental, o teria impedido de avaliar de forma mais precisa o surgimento de uma nova dimensão interativa nas sociedades contemporâneas, aberta pelos novos movimentos sociais que passam, inclusive, a utilizar as mídias e demais sistemas de comunicação tecnicamente mediada na coordenação e gestão de seus fluxos internos e externos de comunicação e, assim, em suas intervenções no fluxo convencional da comunicação na esfera pública.

Com efeito, a separação entre a dimensão normativa e instrumental da comunicação e sua concomitante vinculação às esferas do mundo da vida e sistêmica tem recebido uma atenção especial de teóricos preocupados com as possibilidades de emancipação política, autonomia dos atores sociais e difusão social de uma cultura libertária, tendo, deste modo, ganho consistência empírica e analítica sobretudo no *corpus* das teorias dos novos movimentos sociais e da sociedade civil⁵. Apesar das diferenças que as separam, essas duas teorias salientam o fato de que a ação coletiva implica na definição

⁴ Para um tratamento mais detalhado dessa crítica ver Thompson (1995).

⁵ Para um tratamento mais aprofundado dessa questão ver, entre outros, Alexander (1998), Avritzer e Costa (2004), Costa (1997), Scherer-Warren (2005a), Melucci (2001), entre outros.

cognitiva de um campo de ação comum pelos grupos de atores sociais através de um processo contínuo de interação e do compartilhamento de uma cultura de base (MELUCCI, 2001; SCHERER-WARREN, 2005a; COHEN, 1998; VILLASANTE, 2002).

Um ponto importante dessa questão é que, na medida em que os movimentos sociais constituem redes de relações interativas entre atores sociais, tematizam problemas, tornam conflitos visíveis e criticam as decisões da autoridade pública, eles tanto acentuam a diferenciação entre as esferas societárias e as esferas sistêmicas do Estado e do mercado, quanto re-estabelecem formas de comunicação entre os atores e limites entre sociedade e Estado (AVRITZER, 2000), tornando difícil, por exemplo, estabelecer limites e distinções entre ações comunicativas estratégicas das orientadas para o entendimento.

Segundo Avritzer (2000), uma das principais implicações da criação dessa dimensão interativa pelos movimentos sociais para a teoria habermasiana é que ela contradiz a tese de que a societalização do público levaria à tomada do espaço público por interesses particularistas. Além disso, o fato dos movimentos sociais utilizarem os meios de comunicação de massa para se apresentarem ao público, mostra que apesar do caráter instrumental da comunicação midiática, ou seja da mercantilização dos produtos culturais, haveria espaço para reflexão no interior do sistema midiático.

Além de suas implicações teóricas, esse conjunto de questões se desdobram em dois novos problemas para a análise de situações sociais concretas. Primeiro, o de como entender a relação entre mercantilização e reflexão no âmbito dos públicos midiáticos e, segundo, o de como explicar as dinâmicas interativas e as relações de poder que se estabelecem entre as esferas públicas alternativas da sociedade civil, a esfera pública política e a esfera de visibilidade pública midiática em conjunturas sociopolíticas específicas como a brasileira.

O desafio que se coloca é o de pensar o que há de potencialidade, de emancipação, inovação e criação nas práticas comunicativas dos atores coletivos da sociedade civil. Deste modo, a referência central da reflexão iniciada neste texto recai sobre a ação coletiva em sua relação com a criação de uma nova dimensão interativa pelos movimentos sociais, incluindo seus padrões de interação com a esfera pública e com o sistema político.

É tendo em vista esse contexto que o conceito de redes de comunicação é apresentado como um instrumental analítico capaz de, ao conectar a ação coletiva com as

necessidades dos atores sociais de aprendizado e de adaptação às transformações em processo, oferecer um modelo explicativo para as dinâmicas interativas que se estabelecem entre as esferas públicas alternativas da sociedade civil e a esfera de visibilidade pública midiática. Isto porque entende-se que, para atuar no ambiente sociopolítico contemporâneo, os atores coletivos, como os movimentos sociais, precisam de, forma contínua, desenvolver estruturas de comunicação que dêem conta de suas necessidades:

1. de integração, ligada a construção de uma identidade de grupo e de uma cultura comum (MELUCCI, 2001);
2. de coordenação interna das ações de seus membros ou da coordenação das ações do grupo com as de outros atores da sociedade civil, o que se remete à lógica da “rede de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2005a; 2005b; PERUZZO, 2004);
3. de interação com o sistema político e com a sociedade (AVRITZER e COSTA, 2004);
4. de visibilidade pública (MAIA, 2003; SCHERER-WARREN, 2005b).

Neste caso, a teoria das redes sociais permite tecer considerações sobre os padrões de relacionamento entre os atores coletivos com os sistemas de comunicação social, com outros atores da sociedade civil, com o sistema político e com a sociedade que podem ser avaliados segundo as dinâmicas de *input* e *output* assim como pela estrutura dos fluxos de comunicação estabelecidas entre eles. A busca pelos elementos inovadores nestas formas de organização e no seu modo de fazer política está alinhada, pois, com os *insights* de teóricos como Cohen (1998), Melucci (2001), Avritzer e Costa (2004), que apontam para o fato de que a nova cultura política crítica e de base deliberativa que está sendo gestada nos espaços de sociabilidade das organizações da sociedade civil é capaz, inclusive, de estabelecer importantes relações entre participação cidadã, deliberação e mudança política.

No que segue, buscar-se-á discutir a noção de esfera de visibilidade pública midiática a partir do referencial analítico das redes de comunicação.

2. Redes de comunicação e esfera pública

Pensar em termos de redes de comunicação em sociedades em processo de modernização⁶ significa enfatizar a divisão do trabalho entre os diferentes modelos de

⁶ Sobre este aspecto salienta-se que, embora os valores modernos e ocidentais sejam aceitos pela sociedade brasileira como os únicos legítimos e dominantes, “o Brasil não é um país moderno e ocidental no sentido comparativo de afluência material e desenvolvimento das instituições democráticas” (SOUZA, 2000, p. 267).

interação, sejam eles presenciais ou tecnicamente mediados, em um lugar e tempo determinados, sem esquecer que, no âmbito das redes, os meios de comunicação podem tanto competir entre si, quanto se complementarem. Na mesma direção, pensar a democracia em termos de comunicação requer suplantar a visão funcional da comunicação como um processo de transmissão de informações de um emissor para um receptor em favor de uma noção de comunicação normativa que privilegie a compreensão, e assim a dimensão cognitiva dos processos de interação social (WOLTON, 2004). É recolocar, pois, o problema da democracia (e da democratização) em termos da constituição de um “nós” e do “eles” da comunidade de comunicação e, assim, em termos de uma ética da comunicação.

Entre as diversas significações que a noção de rede (*network*) vem adquirindo no corpo da literatura das ciências sociais e das ciências da comunicação⁷, para os propósitos imediatos deste texto, rede será definida como um conjunto de nós (*nodes*) interconectados em que cada nó pode ser tratado como a expressão de ligações formais ou informais com outros agentes. Do mesmo modo, redes de comunicação serão entendidas como o campo da circulação de bens simbólicos e de fluxos de comunicação, presentes num determinado momento, estruturado pelos vínculos entre indivíduos, grupos e organizações e que permite:

1. a distribuição de fontes de informação e conhecimento;
2. a circulação de bens imateriais relacionados a projetos e visões de mundo;
3. o acesso diferenciado a recursos de poder (dinheiro, informação, prestígio, legitimidade social etc.);
4. a relação entre, pessoas, grupos e instituições;
5. a transferência de informação e conhecimento;
6. a mobilização de recursos de poder.

Quanto aos tipos de interações, elas dependerão da própria extensão das redes e das posições ocupadas pelos atores na rede ou na rede de redes. Ou seja, pela distância entre os nós (*nodes*). Deste modo aplica-se a regra definida por Castells para quem ...

[...] A topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições social) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos

⁷ Ver Castells (1999), Marcon e Moinet (2001), Scott (2005), Melucci (2001), entre outros.

não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós. Portanto, a distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede) (1999, p. 498).

Ao estabelecer vínculos internos e externos entre diferentes conjuntos de ação, a análise das redes de comunicação possibilita estabelecer nexos explicativos entre as relações dinâmicas do sistema do “nós” da comunidade de comunicação com o ecossistema externo do “eles” possibilitando, inclusive identificar suas dialéticas na definição cognitiva de um campo de ação comum. No mais, como lembra Villasante, o conhecimento das formas de organização, de reprodução das relações, das redes de autoridade, de medos, de confiança, etc. propicia uma visão dos “vínculos que foram se estabelecendo ao longo das experiências locais e que são importantíssimas tanto para quem queira nos vender um produto como para quem se proponha a auto-emancipação de um coletivo” (2002, p. 87).

Por outro lado, ao relacionar o problema da participação cidadã e das possibilidades de mudança social e política às condições de coordenação das ações dos atores políticos, a estratégia das redes chama a atenção para a necessidade de se pensar as possibilidades de uma práxis planejada solidariamente pelos atores sociais organizados em torno de ideais, valores e objetivos comuns.

Neste âmbito, postula-se que o primeiro conceito que se deve reexaminar é o de esfera de visibilidade pública midiática, sobretudo a fim de problematizar a dicotomia estabelecida entre comunicação estratégica e comunicação dirigida ao entendimento no âmbito das interações entre os setores organizados da sociedade civil e os demais atores sociais. Isto porque, embora esta dicotomia seja heurísticamente útil, nem sempre ela se mostra adequada para pensar a questão da transformação da cultura política a partir de uma perspectiva relacional que permita confrontar uma pluralidade de orientações e atores políticos (SCHERER-WARREN, 2005b) e a construção de uma dimensão interativa entre os atores da sociedade civil e os demais atores sociais e políticos. Por outro lado, o próprio triunfo da esfera de visibilidade pública midiática leva à necessidade de se considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil e na construção de uma cultura política libertária. Questão que será tratada a seguir.

2.1 Considerações acerca da esfera de visibilidade pública midiática a partir da noção de esfera pública ampliada

O conceito de esfera pública representou um elemento central a partir do qual se identificou, no advento da modernidade, uma esfera para a interação legal de grupos, associações e movimentos, introduzindo, dessa forma, a possibilidade de uma relação argumentativa crítica com a organização política, no lugar da participação direta. Abrindo, deste modo, um espaço para uma nova forma de relação entre racionalidade e participação (AVRITZER e COSTA, 2004).

Este conceito também tem ocupado um importante lugar nas análises, interpretações e concepções elaboradas pelas teorias dos novos movimentos sociais e da sociedade civil, sobretudo aquelas diretamente influenciadas pelas teorias habermasianas. Apesar de suas diferenças, essas teorias se inspiram na idéia do desenvolvimento de uma esfera dialógica e interativa a que pertencem os movimentos sociais e as associações voluntárias. Nesse contexto, a esfera pública constitui o espaço de tematização de questões e do estabelecimento de fluxos de comunicação característicos de uma forma de ação que suspende, temporariamente, os fins imediatos de uma interação específica, interpelando a validade moral dos assuntos em questão (AVRITZER e COSTA, 2004). No mais, enquanto espaço de constituição democrática da opinião e da vontade coletivas, a esfera pública estabelece a mediação necessária entre a sociedade civil, de um lado, e o Estado e o sistema político, de outro.

Em seus trabalhos mais recentes, Habermas (2003) estende o foco de sua atenção para além da esfera pública pré-estruturada pelos meios de comunicação de massa, contemplando, como campos constitutivos da esfera pública, os espaços de comunicação interpessoal e as redes informais de intercâmbio, ou seja, as microestruturas sociais que constituem as esferas públicas autônomas da sociedade civil.

Por autônomas, Habermas (1990, p. 333) denomina as esferas públicas que não são criadas e mantidas pelo sistema político para fins de legitimação. Para ele, os centros que surgem por geração espontânea, dos microdomínios da práxis cotidiana de comunicação muito densa, só podem se desenvolver em esferas públicas autônomas e consolidarem-se como intersubjetividades de nível superior, que suportam a si mesmas na medida em que o potencial do mundo da vida é utilizado para a auto-organização social e para o uso auto-

organizado dos meios de comunicação. Suas principais asserções sobre essas questões podem ser resumidas nos seguintes pontos (HANSEN, 2006):

1. que a espetacularização e publicidade midiática não preenchem todo o volume da esfera pública;
2. que apesar da mercantilização do espaço público, a perda da substância argumentativa da comunicação pública pode ser redimida pelo surgimento, no âmbito da sociedade, de esferas públicas discursivas autônomas, que re-ancoram ao cotidiano os sistemas de significação, através dos quais os sujeitos conferem sentidos a suas ações, e não apenas aos conteúdos tecnicamente mediados;
3. que ao exercerem pressão sobre os atores da esfera pública, incluindo na agenda pública questões que, de outra forma, ficariam restritas a seus círculos de ação, os novos movimentos sociais contribuem para uma maior democratização da sociedade.

Além disso, ao incluir as esferas discursivas da sociedade civil, a noção ampliada de esfera pública permite vislumbrar novas possibilidades de relações e interações entre os meios de comunicação e a sociedade e para a formação de uma opinião pública e vontade política contra-hegemônicas. Dentre essas novas formas de relações e interações, salientam-se as abertas pela pluralidade de discursos no espaço público político, através da inclusão de reivindicações, temas e questões concernentes aos atores coletivos da sociedade civil (movimentos sociais e associações voluntárias desvinculadas do Estado e do mercado) na agenda da mídia e, ainda, da formação informal das opiniões de pessoas privadas mediante o consumo de informações⁸.

Nesta perspectiva, a canalização dos fluxos comunicativos provindos do mundo da vida para a esfera pública é operada, fundamentalmente, pelos atores coletivos da sociedade civil, conceito que abrange tanto os movimentos sociais quanto as entidades vocacionais e sem fins lucrativos separadas, portanto, do Estado e do mercado. Além disso, o termo “coletivo” é utilizado de modo a salientar: a) a separação entre atores individuais, ou pessoas comuns, e as entidades da sociedade civil e b) o fato de que estes atores possuem capacidades de ação diferenciadas e, portanto, de alcançar e aproveitar as oportunidades criadas pelas novas instituições de participação (HOUTZAGER, LAVALLE e ACHARYA, 2004) e de intervenção no fluxo convencional da comunicação na esfera pública.

⁸ Neste caso, a formação informal das opiniões de pessoas privadas mediante o consumo de informações contrapõem-se ao modelo de formação da opinião pública mediante a discussão baseada em argumentos entre pessoas privadas reunidas em um público presente.

É um fato que os meios de comunicação comerciais dominam a esfera pública. Contudo, para atender às demandas comunicativas da democracia, a esfera pública precisa permanecer atenta e permeável às demandas e problemas da sociedade. Essa contingência fez com que as ações dos atores coletivos da sociedade civil e os processos de comunicação intersubjetiva fossem vistos como motores de uma possível regeneração da esfera pública pré-estruturada pelos meios de comunicação. Assim, em sua nova acepção, a esfera pública passou a ser descrita como ...

[...] uma estrutura intermediária que faz a mediação entre sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos [...]; além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública: 'esfera pública episódica' (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública da 'presença organizada' (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e 'esfera pública abstrata', produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente) (HABERMAS, 2003, p. 107).

Destacam-se, neste ponto, a percepção da multiplicidade de esferas públicas, nas quais diversos discursos públicos são gerados, a noção de rede de comunicação que surge relevantemente conectada à ação comunicativa e ao novo *status* do cotidiano e a presença de diversos públicos que se organizam em torno de temas ou causas de interesse comum. Deste modo, a esfera pública deve ser pensada não somente no nível sistêmico, mas levando-se em consideração os processos comunicativos que se estabelecem e se desenvolvem entre os atores sociais, processos esses inscritos no terreno da experiência, ligados às formas de vida particularizadas e às questões práticas da existência (MAIA, 1998).

Os atores coletivos sociedade civil passam, assim, a desempenhar um papel decisivo nos processos comunicativos que se estabelecem no âmbito da vida cotidiana e na

regeneração da esfera pública, sobretudo porque em suas lutas por justiça, legitimação e institucionalização de suas demandas particulares, eles fazem ressurgir o sujeito do debate público. É nesses termos que podemos começar a pensar tanto numa “desfeudalização” ou “descolonização” do pensamento do público e da experiência do mundo vivido, quanto numa abordagem da esfera de visibilidade pública midiática como um espaço onde se processa uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e os atores da sociedade civil, bem como entre política e cultura (MAIA, 2003).

De forma breve, a esfera pública (geral ou ampliada) pode ser definida como o espaço simbólico da luta por influência para a formação discursiva da opinião pública e da vontade política. Já a esfera pública política compreende o espaço de poder regulado pelo Estado de direito, incluindo o sistema de ação administrativa ou o aparelho do Estado e o complexo parlamentar a partir do qual o poder social de interesses organizados flui para o processo de legislação (HABERMAS, 2003). As esferas públicas autônomas, por sua vez, remetem-se aos espaços intersticiais da sociabilidade cotidiana e aos espaços organizados da sociedade civil capazes de ressonância, os quais podem introduzir no sistema político conflitos existentes na periferia (HABERMAS, 2003). Por fim, a esfera de visibilidade pública midiática seria aquela constituída pelo conjunto de emissões das mídias, em suas diversas modalidades (MAIA, 2003). A Figura 1 traz um modelo esquemático da esfera pública geral ou ampliada salientando suas subdivisões e as interseções entre as esferas autônomas da sociedade civil, a esfera pública política e a esfera pública de visibilidade midiática.



Figura 1: Esfera pública geral ou ampliada

Contudo, e dado o seu caráter estritamente descritivo, esse conceito de esfera de visibilidade pública midiática merece algumas complementações.

Primeiro, devido ao caráter tecnicamente mediado de suas interações, a esfera de visibilidade pública midiática configura-se como o espaço da publicidade em sistemas de interação de co-presença, ou seja, de uma publicidade tecnicamente mediada em que os envolvidos no debate público não precisam, necessariamente, nem compartilhar o mesmo espaço-tempo ou, tampouco, atuar de forma ativa nos processos de comunicação (THOMPSON, 1995). É claro que na medida em que os diversos suportes técnicos de comunicação comportam graus diferenciados de fixação no tempo, reprodutibilidade e interatividade, eles também possibilitam graus diferenciados de participação, de difusão social e, deste modo, de ressonância social.

Segundo, devido à sua dimensão simbólica, a esfera pública de visibilidade midiática se apresenta, também, como um espaço discursivo em que os diferentes atores sociais lutam por influência, o que a constitui como um dos espaços em que os conflitos sociais são travados e ganham ressonância social.

Terceiro, dadas as históricas inter-relações entre os meios de comunicação de massa com o modo de produção capitalista e com a formação do Estado moderno, é preciso considerá-los também como veículos gerais das relações sociais de produção, consumo, de intercâmbio, de reprodução e de construção de hegemonias nas sociedades contemporâneas ocidentais. Deste modo, uma análise da esfera pública de visibilidade midiática também deve levar em consideração as estruturas de propriedade, o regime de controle social da comunicação, o modelo de regulação das mídias, assim como as relações de força que operam na constituição dos mercados midiáticos e que operam nas interações entre a mídia e os demais atores sociais.

Assim, para os objetivos deste texto, o espaço de visibilidade pública midiático é definido como um espaço relacional sobre o qual incidem pressões dos diversos atores sociais em sua busca por transformar o poder comunicacional em poder de influência sobre as decisões políticas.

A análise da esfera pública de visibilidade midiática a partir de uma perspectiva relacional permite identificar mais detalhadamente as correlações de força e os padrões de interação entre os atores em uma determinada situação, assim como suas mudanças no

tempo. Devido ao seu caráter estrutural, essa abordagem possibilita também o estudo dos fluxos de informação e das estruturas de comunicação de grupos delimitados, contribuindo, assim, para uma maior compreensão sobre como essas estruturas são empregadas nas estratégias dos atores sociais.

Como ilustra a Figura 2, a esfera de visibilidade pública midiática estabelece relações externas com diversos atores sociais. Com efeito, essas interações e relações de força afetam o modo como as mídias perseguem seus interesses e executam suas funções, por isso essas interações são vistas como fundamentais para as estratégias de comunicação e visibilidade social dos demais atores.

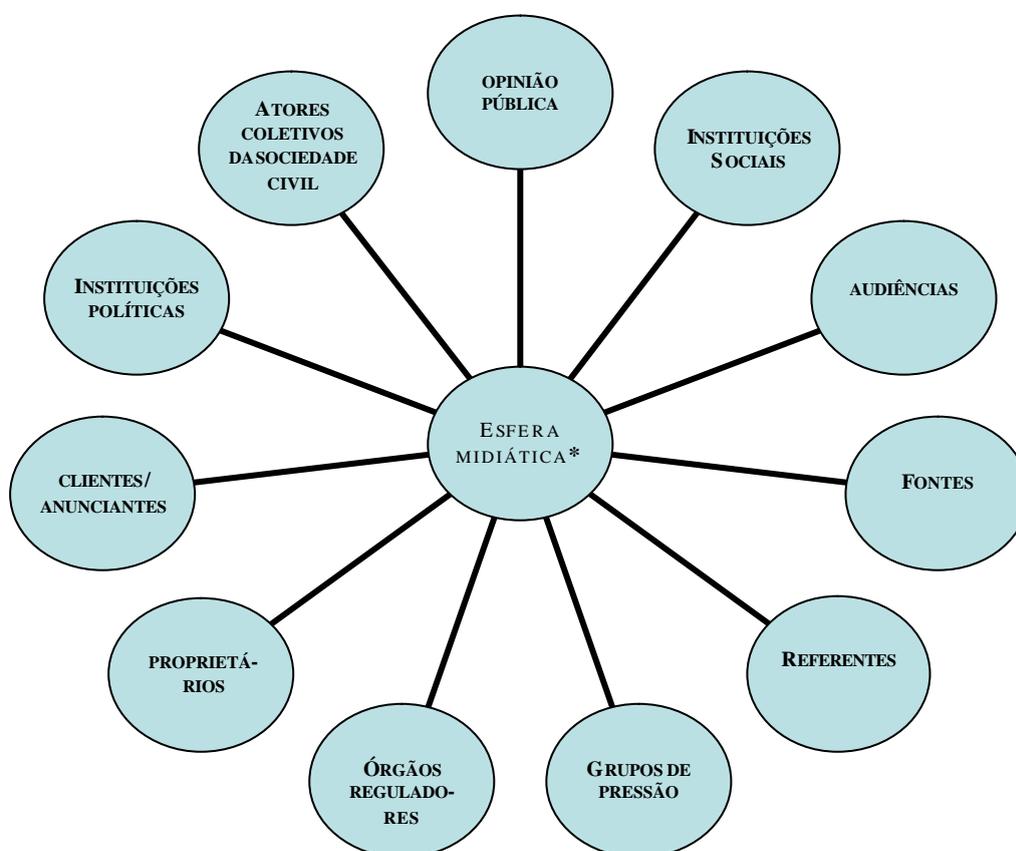


Figura 2: Relações de força entre a mídia e outros atores sociais

*Estas relações de força possuem um caráter bidirecional (? ?), ou seja, estão abertas às possibilidades de influência mútua. Cada nó pode ser tratado como a expressão de ligações formais ou informais e fluxos de informação e comunicação entre a esfera midiática e os atores sociais, políticos e econômicos.

Figura elaborada pela autora.

3. Considerações finais

Um aspecto central que emerge das considerações trazidas por esse texto diz respeito ao fato de que, se por um lado, as sociedades contemporâneas fundadas na informação produzem recursos crescentes de autonomia para os atores individuais e coletivos (MELUCCI, 2001), por outro, é preciso que esses atores desenvolvam a capacidade de atuar nos sistemas complexos em processo de estruturação nas sociedades que estão se modernizando, o que inclui a criação das condições processuais que permitam aos atores funcionarem como terminais confiáveis de redes informativas e de comunicação, ao mesmo tempo em que dirigem o controle desses processos em direção à formação do sentido da ação. E, como a concentração de informações e conhecimentos estratégicos atua diretamente sobre a concentração de poder e nas correlações de força, tanto os pressupostos normativos quanto os mecanismos institucionais capazes de conduzir a uma maior democratização da circulação desses bens na sociedade tornam-se centrais à problemática da democratização e da modernização nos países periféricos e semi-periféricos, como é o caso do Brasil.

Por fim, no que tange ao tratamento das relações das mídias com a sociedade e os sistemas político e econômico, a perspectiva das redes de comunicação busca articular de forma crítica a dupla dimensão normativa e estratégica da comunicação midiática observando que, se por um lado a comunicação mediática atua na manutenção da ordem social e de relações de poder hegemônicas, por outro, ela é também um elemento fundamental para a manutenção de um ideal de sociedade plural e democrática. É claro que essa dupla inflexão não pode ser concebida sem uma equivalente noção de responsabilidade social das mídias, sobretudo no que concerne às suas relações com grupos sociais alternativos (não hegemônicos) e subculturas e, assim, sem uma subsequente abertura do espaço de visibilidade pública midiático aos conflitos sociais, às demandas e reivindicações específicas das minorias e às formas de expressão e discursos dos diferentes grupos sociais e subculturas.

Não obstante, salienta-se que a noção de redes de comunicação quando aliada a uma teoria ética da comunicação atenta à dupla dimensão normativa e estratégica da comunicação social (WOLTON, 2004) abre novas possibilidades para que a participação, a ação coletiva e as mudanças sociais e políticas sejam compreendidas sob a perspectiva dos

próprios participantes e do compartilhamento de uma cultura (política, organizacional ou comunicativa) comum, podendo, deste modo, ser contrastada com a perspectiva da integração sistêmica enquanto uma estabilização da ação sob a perspectiva dos atores (sociais, políticos e econômicos) e das instituições fortalecedoras da interação social, típica do paradigma decisional. Mas essa é uma questão a ser aprofundada em futuras intervenções.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. (2004). “Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina”. In *Dados*. Vol.47, N.4, p.703-728.

AVRITZER, L. (2000). “Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia”. In: AVRITZER, L. e DOMINGUES, José M. (orgs.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 61-83

ALEXANDER, J. (1998). “Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. *RBS*, n. 37. SP: ANPOCS. p. 5-30.

CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

COHEN, Joshua. (1998). “Democracy and Liberty”. In ELSTER, John. *Deliberative Democracy*. New York: Cambridge University Press. p. 185-231

COSTA, Sérgio. (1997). “Categoria analítica ou *passe-partout* político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil”. *BIB*, Anpocs, n 43. São Paulo: Ed. Relume-Dumará. p. 3-25.

HABERMAS, Jürgen. (2003). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

____ (2002). *A inclusão do outro*. SP: Loyola.

____ (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.

HANSEN, Messiluce da Rocha. (2006). *Cultura política e jornalismo: as representações sociais de cidadania em Veja e IstoÉ*. Aracaju: Editora UFS. [no prelo]

HAUTZAGER, Peter P.; LAVALLE, Adrián Gurza e ACHARYA, Arnab. (2004). “Atores da sociedade civil e atores políticos – Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo”. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/gdr/cfs/drc-pubs/Atores%20de%20Sociedade2004.pdf>>

MAIA, Rousiley Celi M. (2003). “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>

____ (1998). “A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião”. *Comunicação & Política*. Vol. 1. Rio de Janeiro, p. 131-156.

MARCON, Christian e MOINET, Nicolas. (2001). *Estratégia-Rede*. Caxias do Sul: EDUCS.

MELUCCI, Alberto. (2001). *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. (2004). *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2005a). *Redes de movimentos sociais*. 3ª ed. São Paulo: Loyola.

____ (2005b). “Redes sociales y de movimientos em la sociedad de la información”. In *Nueva Sociedad*, N 196. p. 77-92 Disponível em: <http://www.nuevasoc.org.ve/upload/articulos/3250_1.pdf>

SCOTT, John. (2005). *Social Network Analysis*. 2 ed. London: Sage Publications.

SOUZA, Jessé. (2000). *A modernização seletiva*. Brasília: Editora UnB.

THOMPSON, J. B. (1995). *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.

VILLASANTE, Tomás R. (2002). *Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes.

WOLTON, Dominique. (2004). *Pensar a comunicação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.